

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA**  
3 **VINTE E TRES DE SETEMBRO DE 2014, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**  
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 13h16min.**  
5 **QUORUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos  
6 Santos (representante da sociedade civil – Núcleo dos Assistentes Sociais); Gilmar da Silva Lima  
7 (representante do governo - SEMDESC); Maria Martins Silva Gomes (representante da sociedade  
8 civil – Natal Justino da Costa); Rúbia Janaína da Silva Rodrigues (representante da sociedade civil -  
9 APAE); Ilma Costa Marques (representante da sociedade civil - Associação Mão Amiga); Júnia  
10 Graciele Ribeiro Mendes (representante do governo - SESAU) e Eudes Barbosa da Costa  
11 (representante do governo - Gabinete). Ainda presentes, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da  
12 SEMDESC, Larissa Carolina Barros Menezes, Chefe da Divisão dos Conselhos ligados à Área e  
13 Kamilla Sousa Sales, Assessora Especial de Gabinete a serviço da SEMDESC. Seguindo ao ponto  
14 de pauta “*Cofinanciamento Federal do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*”,  
15 Lucidalva ressaltou o caráter extraordinário da reunião, a qual foi solicitada pelo secretário Gilmar  
16 com vistas a apreciar proposta quanto a utilização do recurso. Passando a palavra ao secretário, o  
17 mesmo explicou que após a adesão do município ao reordenamento do serviço de acolhimento no  
18 mês de março deste ano, foi informado pelo Departamento de Contabilidade o depósito de parcelas  
19 referentes ao reordenamento as quais foram alocadas neste mês. Informou ainda que o recurso é de  
20 R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais, e que o município continua recebendo os R\$ 3.400,00 (três  
21 mil e quatrocentos reais) mensais. Dessa forma a proposta seria de a modalidade de Casa Lar  
22 (unidades 1 e 2) receber os R\$ 10.000,00 (dez mil) mensais e a Associação Mão Amiga a qual  
23 oferece o serviço na modalidade abrigo receberia os R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)  
24 mensais. Gilmar ressaltou que reconhece o relevante serviço oferecido pela Associação Mão  
25 Amiga, no entanto o atual contexto de dificuldades vivenciado pelas Casas Lares, o qual já foi  
26 discutido neste Conselho em reuniões anteriores justifica que as mesmas fiquem com um aporte  
27 maior do recurso. Lucidalva falou entender que o recurso é importante, porém ainda insuficiente  
28 para atender todas as necessidades dos acolhidos no serviço de Casa Lar, dessa forma faria uma  
29 outra proposta, a qual seria todo o recurso de cofinanciamento federal ser destinado ao serviço de  
30 Casas Lares, mantendo assim a deliberação anterior do CMAS, a qual já destinava o recurso ao  
31 serviço de Casas Lares. Após as discussões, ponderou-se a viabilidade das duas propostas, sendo  
32 que a maioria entendeu que diante a grave situação vivenciada pelo serviço de Casas Lares seria  
33 mais viável a proposta de manter-se a decisão anterior do Conselho e destinar ainda o recurso  
34 proveniente do reordenamento para a manutenção do serviço de Casas Lares, a qual foi colocada em  
35 votação, sendo deliberada da seguinte forma: Gilmar (aprova); Ilma (aprova); Júnia (aprova);  
36 Lucidalva (aprova); Maria (aprova); Rúbia (desaprova) e Eudes (desaprova). Sendo aprovada a

37 proposta de manutenção da decisão do Conselho, a qual destinava o recurso ao serviço de Casas  
38 Lares e ainda a destinação do recurso do reordenamento do serviço de acolhimento também ao  
39 serviço de Casas Lares, com cinco votos a favor e dois votos contrários. Passando aos informes  
40 gerais, Lucidalva informou o recebimento do Planejamento do Serviço de Casas Lares o qual havia  
41 sido solicitado, sendo o mesmo encaminhado para análise de Comissão. Em seguida informou o  
42 recebimento de cópia da proposta da Lei Orçamentária Anual, referente à política de assistência  
43 social, sugerindo que o referido documento fosse encaminhado a Comissão e ainda com  
44 participação da Gestão para uma análise conjunta, sendo acatado por todos os presentes. E  
45 considerando a urgência na análise do referido documento, foi agendada reunião para o dia 26 de  
46 setembro, próxima sexta-feira, às 13 horas, com os seguintes conselheiros: Severina Alda, Gilmar,  
47 Lucidalva, Júnia e Maria e ainda as servidoras da SEMDESC Isabel e Gabriela. Continuando com  
48 os informes gerais, falou de documento recebido pela Associação dos Produtores Familiares da  
49 Chapada do Assentamento Barreirinho – APROFACAB, o qual denunciava irregularidades do  
50 Programa Minha Casa Minha Vida no referido assentamento, sendo o mesmo repassado para  
51 análise de Comissão. Em seguida informou o protocolo de recebimento de pedido de inscrição do  
52 Centro Educacional do Menor – CEM junto ao CMAS, sendo o mesmo encaminhado à Comissão  
53 de Análise de Pedido de Inscrição. Finalizando os informes gerais, Lucidalva falou de reunião  
54 ocorrida na Prefeitura com o secretário Gilmar, o secretário da fazenda Antonio, a servidora Lilian  
55 do Controle Interno e Isabel da SEMDESC, onde foi discutida a necessidade de analisar junto com  
56 o CMAS critérios de repasse de subvenção municipal a entidades privadas pelo poder público  
57 municipal, o qual deverá ser discutido também com outros conselhos ligados a outras políticas.  
58 Falou do avanço para a política pública, vez que é a primeira vez que o poder público envolve o  
59 Conselho na discussão, e que será preciso marcar reunião com a gestão o mais rápido possível, pois  
60 aproxima-se o final do ano. Passando a palavra para a conselheira Severina Alda a mesma falou de  
61 problemas ocorridos no acompanhamento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, quando  
62 os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS estão congestionados de casos de  
63 descumprimento, restringindo o papel dos equipamentos a advertir a família ameaçando-a de  
64 suspensão do benefício, quando seria necessário reunir as políticas de assistência social, saúde e  
65 educação, com vistas a discutir o papel de cada uma dentro do Programa. Lucidalva falou ainda da  
66 sua preocupação quando demonstra-se uma preocupação na manutenção do benefício pelo viés  
67 monetário, sem no entanto preocupar-se com as reais necessidades das famílias. Diante o exposto o  
68 secretário Gilmar ficou de agendar reunião com o coordenador do cadastro, as secretárias de  
69 educação e saúde, a superintendência de ensino e ainda as conselheiras Severina Alda e Lucidalva  
70 para tratar do assunto. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a reunião agradecendo a  
71 presença de todos, e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será lida e aprovada por  
72 todos os presentes em reunião. **ENCERRAMENTO:14h46min.**